



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11382 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

EDUCAÇÃO DE MENORES DESVALIDOS :O INSTITUTO DE MENORES DE DIANÓPOLIS-TO

Graciene Reis de Sousa - UFT-PPPGE - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Agência e/ou Instituição Financiadora: Nenhuma

GT – 02 – HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO DE *MENORES DESVALIDOS* :O INSTITUTO DE MENORES DE DIANÓPOLIS-TO

Introdução

Este trabalho apresenta dados parciais de uma pesquisa de Doutorado em Educação (PGEDA) em andamento, na temática história da educação. Algumas instituições educativas tiveram cunho assistencialista nos quais foram desenvolvidos processos formativos que foram além da dimensão escolar, caracterizando-se como espaços que propiciam outras formas de transmissão cultural (CASTANHO, 2008), tais como os internatos, casas de ofícios e Institutos.

A pesquisa tem como objetivo narrar o processo de instalação do Instituto Agroindustrial São José, popularmente conhecido como “Instituto de Menores de Dianópolis”. Nesta fase inicial, fez-se a pesquisa bibliográfica aos autores que estudam as instituições educativas, tais como: Noselha (2009), Nunes (2006), Sanfelice (2007) e Justino Magalhães (2004). Realizou-se a pesquisa documental catalogando as Atas da Câmara Municipal de Dianópolis e o Inventário de criação e implementação do instituto. A metodologia a ser utilizada nas entrevistas que serão realizadas ao longo do desenvolvimento do projeto de tese será a história oral temática, baseada em Santos (2008) Alberti (2005), Minayo (2001) e Triviños (1987).

Política assistencialista e higienista no Brasil: um breve histórico

Para Fuly e Veiga (2012, p.87), ao pensar o Brasil no período Colonial, percebe-se “passagens diferenciadas entre a criança negra, indígena e a branca. As crianças da elite, filhas dos senhores, era dada a oportunidade do estudo, às outras, o trabalho e serviam como entretenimento das famílias brancas”. Na metade do século XVI no Brasil, não havia instituições educativas que acolhessem crianças, em especial crianças órfãs ou abandonadas.

O Brasil recebeu influência direta das metrópoles europeias, onde foram criadas as casas de caridade e instituições voltadas para o assistencialismo de crianças pobres e/ou abandonadas, que receberam a denominação de “Roda dos Expostos”. Na Itália, Espanha, Portugal e França, essas instituições tinham o objetivo de “[...] retirar os bebês do caminho do limbo [...]. Em Portugal, no século XV já era usada a expressão enjeitados ou expostos” (TORRES, 2006, p. 104).

Entre os séculos XVII e XVIII, no Brasil colônia, o abandono de bebês e/ou de crianças era prática comum. Venâncio (1997) nos mostra que,

“(...) os diferentes ritmos de crescimento do mundo colonial repercutiram fortemente na condição de vida das crianças. No campo, espaço das transformações lentas, o abandono raramente ocorria e vários enjeitados acabavam sendo adotados como *filhos de criação* ou agregados por famílias estruturadas; na cidade, o ritmo acelerado das transformações provocava desequilíbrios. Não havia casas para acolher todos os forasteiros, não havia mercado de trabalho livre suficientemente desenvolvido para absorver quem precisava sobreviver à custa do próprio suor. A cidade agregava os pobres e não sabia o que fazer com eles (p. 190).

Entre o final do século XVII e início do século XVIII ao XIX, a sociedade católica desenvolveu uma forma de promover assistência à essas crianças, “[...] o futuro espiritual dos enjeitados era motivo de preocupação da elite esclarecida ligada às câmaras municipais [...]” (TORRES, 2006, p. 102).

“A Santa Casa de Misericórdia difundida por vilas e cidades brasileiras foi um centro de convergência de ações e contribuições financeiras voltadas à guarda e organização dessas ações individuais ou de grupos” (Torres, 2006, p. 105). Com o intuito de evitar o abandono de bebês ou crianças rejeitadas, a criação da Santa Casa de Misericórdia, que recebeu diversas denominações, tais como: Maternidade, Assistência à infância, Instituto de Proteção da Criança e até a Casa dos Expostos.

A província de Salvador, foi a primeira a receber a instalação da Roda dos Expostos, que tinha como objetivo claro a garantia de “[...] sobrevivência do enjeitado e preservar oculta a identidade da pessoa que abandonasse ou encontrasse abandonado um bebê” (TORRES, 2006, p.103).

Percebe-se que a assistência no Brasil como prática de recolhimento de órfãos através da *Roda* se estabelece no século XVIII, tendo como responsável a Santa Casa de Misericórdia, que dividia a responsabilidade com as Câmaras Municipais. Inicia-se, aqui, o adentrar das instituições asilares religiosas na legislação brasileira, tal como no Decreto nº 407/1846, que dispensa a amortização de leis a favor do recolhimento de conventos, e o Decreto nº 994/1858, que financia a manutenção de hospitais e asilos para o recolhimento de crianças expostas, com subsídios dos cofres públicos e da Igreja (FREITAS, 2019).

Acerca das mudanças no contexto político, econômico e social, organizou-se em várias localidades intensos debates sobre a implantação de uma rede de instituições públicas e particulares de educação, assistência, abrigo e/ou asilamento dos indivíduos. Nesse movimento de debates e iniciativas concretas, possibilitado pela emergência de dispositivos disciplinares oficiais de normalização dos indivíduos e suas condutas, descortinam-se as inter-relações entre os processos de estruturação do Estado e a constituição da instrução primária como direito, e dever, de cidadania, numa sociedade hierárquica, desigual e escravista (GONDRA & SCHUELER, 2008).

Rizzini (2004) por meio de análises da documentação histórica sobre a assistência à infância no Brasil, durante os séculos XIX e XX revela que as crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades de criarem seus filhos tinham um destino quase certo quando buscavam apoio do Estado: o de serem encaminhadas para instituições como se fossem órfãs ou abandonadas. Irmandades e ordens religiosas, apoiadas por setores governamentais, tiveram um papel histórico estratégico no asilamento dos filhos das famílias populares.

Segundo Silva (2004), no século XIX, no processo civilizatório, Cidade e Escola passaram a ser concebidas segundo um repertório comum de *estratégias*, posto que para a reorganização do cotidiano das cidades era necessária a remodelação dos comportamentos da população. Surge um ideal de sociedade com concepções modernizantes, e se processam discussões sobre a formação de uma massa de trabalhadores livres, voltadas para a atração de imigrantes europeus e a necessidade de ordenar uma sociedade pautada em um modelo civilizador, sendo a educação uma dimensão importante no ideal de modernidade e civilidade.

Para Gondra (2008, p.75) “a ideia de civilizar e disciplinar a população estava diretamente relacionada com a redefinição de percepções sociais a respeito da “caridade”, da “pobreza” e da “mendicância””. O Estado com o intuito de promover uma educação civilizatória, demonstra a resignificação da tutela como mecanismo de controle das classes populares, com o aumento de sua atuação nas relações sociais vivenciadas anteriormente no âmbito privado.

Acerca disso, Schueler (2009) diz que, a construção dessa rede de instituições educativas assumiu modelos e formas diferenciadas, de acordo com as finalidades do ensino e com o público para o qual se destinava, não tendo sido um processo uniforme, homogêneo ou contínuo no território nacional. Além das escolas elementares, secundárias e superiores, outras instituições educativas se destacaram como instrumentos modelares para a promoção dos ideais de civilização, que era tão almejado pelas elites políticas e intelectuais, que disputaram projetos distintos de construção da nação e de formação do povo.

Entre tais instituições, os asilos e internatos para as infâncias adquiriram enorme relevância nesse período, na medida em que foram propostos em diversas regiões do país. Tais instituições foram criadas e disseminadas por iniciativa de diversificadas agências educativas, tais como indivíduos, grupos, associações leigas e religiosas, igrejas e poderes públicos. Assim, o Segundo Reinado assistiu a uma importante intervenção estatal na educação, através das iniciativas dos governos e assembleias provinciais. Educar para civilizar, não estava apenas nas entrelinhas do governo, “a instituição escolar teria vindo ocupar um vazio no processo de socialização”. (FILHO, 1999, p.16)

O primeiro projeto de política pública filantrópica brasileira em favor dos órfãos e dos abandonados de que se tem registro é datado de 1855. Com projeto criou-se Asilos de Educandos em quase todas as regiões brasileiras e a intervenção às Misericórdias, transformando-as em instituições de proteção à *infância desvalida*, pobre e órfã (MARCÍLIO, 1998).

Segundo Eduardo Nunes (2011), as políticas de assistência à *infância desvalida* no Brasil, mudou de caráter a partir da segunda metade do século XIX, onde o Estado tomaria o papel de dirigir as políticas assistencialistas a infância com a criação de institutos no Rio de Janeiro, com o Imperial Instituto de Meninos Surdos (1855); a Escola de Aprendiz de Marinheiro (1873) e o Asilo de Meninos Desvalidos. Tais políticas estariam voltadas para um projeto higienista buscando “a profilaxia e prevenção de comportamentos desviantes”. (PAVÃO, 2011, p.15)

De acordo com Pavão (2011), o pensamento higienista estava,

[..] fundamentado nos valores da ciência, tinha como objetivo, em sua ação, a prevenção da desordem. As instituições de amparo social criadas para servir aos desprovidos, aos desvalidos, tinham como objetivo, neste sentido prevenir a delinquência, proteger a infância e fazer sua saúde física e de sua adaptação moral a mais grave preocupação da sociedade. (p. 15)

O discurso de um Estado protetor e provedor foi se afirmando, ao mesmo tempo em que se implantavam novas formas e sistemas de assistencialismo: era o Estado provendo educação aos menores infratores e protegendo-os de situações

exclusão. Com características higienistas, a “filantropia atraía as elites, pois se acreditava que ela permitiria exercer um melhor controle sobre a sociedade” (MARCÍLIO, 1998, p. 206).

O desejo de figurar entre as nações ditas civilizadas fez parte do ideário brasileiro do século XIX ao XX, primeiro nos centros urbanos, depois destinados às instituições que acolhiam e disciplinava a chamada “*infância desvalida*”, elas se espalharam pelo país, e se instauraram também na região Norte do Brasil, especialmente na Amazônia tocantina.

O Instituto Agroindustrial São José: o “Instituto de Menores de Dianópolis”

A região de instalação do Instituto de Menores está localizada no Sudoeste do Tocantins e faz fronteira com o estado da Bahia. A qual foi escolhida na época com o intuito de reverter o título recebido de “corredor da pobreza” em meados da década de 1950. Conhecida como antigo Arraial de São José do Duro, Dianópolis (nome atual) teve sua origem datada a partir da segunda metade do século XVIII. Sabe-se que no ano de 1750, fazendeiros, produtores de gados vindos da região nordestina por meio do Vale do São Francisco chegaram às terras do antigo norte goiano, hoje Tocantins. Além dos migrantes nordestinos, adentraram a região muitos, aventureiros oriundos de Minas Gerais em busca de riquezas minerais. Os povos indígenas também adentraram a região de Dianópolis por intermédio do Vale do São Francisco, deste modo, deu-se início ao surgimento do povoamento urbano.

Outro fato sobre a origem da cidade é o seu vinculamento ao aldeamento indígena e à mineração em meados de 1750/51. O aldeamento localizava-se junto ao ribeirão Formiga com nome de São Francisco de Xavier do Duro, também conhecido como missões. Em conformidade com a compreensão popular, as índias Tapuia em suas peregrinações pelas cercanias, encontraram algumas pedras amarelas e por não terem conhecimento acerca do que se tratava, ou do seu valor econômico as índias levaram o achado para os Jesuítas. Estes examinaram e identificaram que as tais pedras amarelas na verdade se tratava de pepitas de ouro.

Em virtude deste ocorrido os indígenas foram incumbidos pela extradição aurífera do município, e a localidade tornou-se conhecida como “As Minas das Tapuias”. Ocorrência que também é responsável pela derivação dos nomes D’ouiro, D’ouiro e Duro. No ano de 1938 o município sofrera mais uma alteração em seu nome, agora com o escopo de homenagear as irmãs Custodianas ou Dianas, originárias de uma das famílias tradicionais local, assim a cidade passou a se chamar Dianópolis. Logo, depreende-se que o município de Dianópolis, além dos episódios mencionados se destacou historicamente desde os tempos que fazia parte

do estado de Goiás, pois foi sede da comarca do Poder Judiciário. Todavia, após a exaustão dos minérios e demais recursos naturais, a população voltou para a pobreza.

Considerações parciais

Como este trabalho ainda está em andamento, as considerações são parciais. Para tal, fez-se no primeiro item, um esboço sobre a política assistencialista no Brasil. No segundo item, salientou-se o Instituto de Menores em Dianópolis. As considerações são baseadas em depoimentos inserido nos livros de familiares de Haghaus Araújo, fundador do Instituto de Menores.

Em 11 de julho de 1952 foi realizada a primeira reunião para formar o Instituto de Menores, conforme ata de fundação. Por sugestão do coronel Abílio Wolney, a fazenda “Discreto”, foi escolhida como local para as construções. Segundo Alencar (2003, p. 47) havia terras planas e de cultura, abundância de água para irrigação e as cachoeiras do córrego Doido, que, no futuro, poderiam ser utilizadas para uma pequena usina geradora de energia.

Com as instalações provisórias, foram feitas as primeiras construções, um grande rancho de palha de buriti para a residência do diretor, que servia também como escritório, sala de aula, cozinha, almoxarifado e no período da noite armavam-se as redes dos meninos para dormirem. Outras casas de palhas foram feitas para a família dos servidores. A água era trazida em bica feita de coqueiros.

Por mais de uma década, os recursos do Instituto vinham unicamente do Orçamento da União, além do trabalho dos meninos, nas lavouras, nas oficinas e nas construções, o qual foi decisivo para a subsistência dos que ali trabalhavam e dos internos.

Embora muitas pessoas não acreditassem no êxito do funcionamento do Instituto, algumas famílias tinham medo de deixar os seus filhos nele estudarem, por todo um contexto histórico de fatalidade em Dianópolis, outras acreditavam em boatos de que o Instituto estava preparando os meninos para o Exército com ideias comunistas.

Portanto, esta relutância inicial, logo foi substituída por uma lista interminável de espera para cada vaga que surgia. Para tanto, os trabalhos foram intensificados com a ajuda da mão de obra dos alunos, e já havia fé no êxito do empreendimento. Na medida em que a demanda surgia, novos ranchos eram construídos para abrigar novos colaboradores.

Na busca de uma melhor estrutura física, surgiu uma pequena olaria, e se iniciou a fabricação de tijolos e telhas, para o levantamento das primeiras paredes na construção do prédio principal do Instituto, além de algumas casas para professores e auxiliares.

O Departamento dos Correios e Telégrafos do Rio de Janeiro doou um gerador de pequeno porte, que substituiu os lampiões a querosene trazendo mais uma vez um novo

começo para o conforto dos educandos. Os educandos do Instituto de Menores habitaram por dois anos os ranchos de palhas. Com o crescimento do Instituto, a procura por vagas cada vez mais aumentava, crianças de toda a vizinhança mesmo não dormindo no local, cursavam o ensino fundamental, recebendo material escolar e merenda.

Com o surgimento da Campanha Nacional de Educação Rural do Rio de Janeiro, o Ministério da Educação propôs ajudar o Instituto através de convênios para a instalação de um Centro de Treinamento de Cooperativismo, bem como muitas doações foram por vários órgãos do governo federal.

Para Alencar (2003, p.53), embora tenha começado com um rancho de palha, tendo como patrimônio apenas esperanças, já era uma realidade, disputando o primeiro lugar, no país, entre as obras assistenciais dirigidas a menores. Os ranchos de palha foram substituídos por quase 20 construções definitivas, com água, luz elétrica, esgoto, telefone etc.

Além do prédio principal, casa para professores e monitores, havia oficinas completas e muitos cursos requisitados na época, entre eles: alfaiataria, sapataria, olaria, mecânica, e o cuidado de toda a agricultura realizada no local. O Instituto de Menores tinha por finalidade preparar líderes para o desenvolvimento de suas comunidades, além de estabelecer a disciplina e regras de condutas para todos os educandos.

O Instituto de Menores encerrou as atividades do ano de 2012, sendo doado para a União. Sua área e patrimônio histórico social passou a fazer parte do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO, o qual implantou no local, o *campus* Dianópolis.

Percebe-se que estudos voltados para a história das instituições que funcionam em regime de internato, asilos, amparando e educando a infância pobre, órfã ou abandonada, bem como as formas de atendimento, estão sendo exploradas de maneira mais efetiva na região sul do Brasil, no entanto, na região Norte, e em especial na região da amazônia tocantina necessita de amplas pesquisas.

Palavras-chave: Menores desvalidos, história da Educação, Instituto de Menores, Dianópolis, Tocantins

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Iara Araújo. **Hagahús Araújo: uma lição cidadania**. Brasília: Ideal, 2003.

CASTANHO, Sérgio. A institucionalização escolar entre 1879 e 1930. **Série-Estudos**, Campo Grande, v. 1, n. 25, p. 43-56, jan./jun. 2008.

FILHO, Luciano Mendes de Faria. **Estado, cultura e escolarização em Minas**

Gerais no século XIX. In: A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

FREITAS, Léia Gonçalves de. Políticas de assistência, proteção e educação à infância pobre, abandonada e órfã e as ações da prelazia do Xingu no Município de Altamira – Pará (1970-1979). Tese. UFPA, 2019.

GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. **Educação, Poder e Sociedade no Império brasileiro.** São Paulo; Cortez, 2008.

GONDRA, José G. **Medicina, Higiene e Educação Escolar.** In: LOPES, Eliane; FARIAFILHO, Luciano; VEIGA, Cynthia (Orgs.). 500 anos de educação no Brasil. 5º Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 519- 550.

MARCILIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada.** São Paulo: Hucitec, 1998.

MARCÍLIO, Maria L. **A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil colonial: 1726-1950.** In: Freitas. M. (org.). *História Social da Infância no Brasil.* São Paulo: Cortez, 1997.

PAVÃO, Eduardo Nunes Alvares. **Balço Histórico e historiográfico da assistência a infância desvalida no Brasil.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH. São Paulo, julho – 2011, p. 15.

RIZZINI, Irma. **O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial.** Rio de Janeiro, 2004. Tese Doutorado - UFRJ/IFCS/PPGHIS.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente.** Rio de Janeiro: PUC, São Paulo: Loyola, 2004.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. **Internatos, asilos e instituições disciplinares na História da Educação Brasileira.** Apresentação. Revista Contemporânea de Educação, v. 7, p. 1-7, 2009.

TORRES, L. H. **A casa da Roda dos Expostos na cidade do Rio Grande.** BIBLOS, [S.l.], v. 20, p. 103-116, abr. 2008. ISSN 2236-7594. 2008. Disponível em:

. Acesso em: 10 agosto. 2021.

VENANCIO, Renato Pinto. **Maternidade negada.** In: PRIORE, Mary del (org.). *História das mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1997, p. 189.